



Educação profissional e tecnológica e a reforma do ensino médio: uma análise da lei 13.415/2017

Professional and technological education and the reform of secondary education: an analysis of law 13.415/2017

Láudia da Silva Oliveira Góes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8685-5880>

RESUMO

O presente trabalho visa ao longo de seus tópicos promover uma análise da educação profissional e tecnológica aplicada no Brasil, considerando principalmente o processo da reforma do ensino médio, com o objetivo de analisar a educação profissional e tecnológica e a Reforma do Ensino Médio, por meio dos aspectos referentes a implantação dessa política nas escolas públicas, frente ao desafio da formação humana integral. No processo metodológico realizou-se uma revisão de literatura, promovendo uma compreensão dos principais conceitos, assim como mensuração da análise de autores renomados sobre o processo de reforma do ensino médio e a introdução da educação profissional no Brasil. Tendo por base artigos, livros e teses publicados ao longo dos últimos 10 anos. Pode-se concluir que por meio da reforma do ensino médio que ocorre uma valorização ou necessidade de inclusão de uma nova metodologia de ensino nas rotinas educacionais brasileiras.

Palavras-chave: Ensino Médio. Educação profissional. Reforma.

ABSTRACT

The present work aims, throughout its topics, to promote an analysis of professional and technological education applied in Brazil, considering mainly the process of secondary education reform, with the objective of analyzing professional and technological education and the Reform of Secondary Education, through aspects related to the implementation of this policy in public schools, facing the challenge of integral human formation. In the methodological process, a literature review was carried out, promoting an understanding of the main concepts, as well as measuring the analysis of renowned authors on the process of reforming secondary education and the introduction of professional education in Brazil. Based on articles, books and theses published over the last 10 years. It can be concluded that through the reform of secondary education there is an appreciation or need to include a new teaching methodology in Brazilian educational routines.

Keywords: High School. Professional education. Remodeling.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história a educação brasileira passou por inúmeras reformas, com legislações que ampliaram o acesso à educação nas instituições escolares. Em 08 de Fevereiro de 2017 foi aprovada no Senado Federal uma nova reforma da educação brasileira, implementada pela Medida Provisória nº 746, de 2016, que reformulou a legislação para o Ensino Médio no Brasil, sendo consolidada posteriormente na Lei 13.415/2017, que altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); a Lei 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a Consolidação das Leis do Trabalho, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

O artigo que tem como tema “Educação profissional e tecnológica e a reforma do ensino médio: uma análise da lei 13.415/2017”, tem como objetivo analisar a educação profissional e tecnológica e a Reforma do Ensino Médio, por meio dos aspectos referentes a implantação dessa política nas escolas públicas, frente ao desafio da formação humana integral. Verificando como a reforma foi pensada, principalmente para as escolas públicas; através da identificação das estratégias utilizadas para a qualificação profissional e para a infraestrutura das escolas.

1

Para o desenvolvimento do trabalho foi realizado a pesquisa bibliográfica com literaturas pertinentes e relevantes ao objeto de estudo. O levantamento dos livros, dissertações, teses e artigos seguiu alguns critérios como, um corte temporal de 2012-2022, elencando as referências mais condizente e coerentes para investigação e a análise proposta do artigo.

2. EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NAS ESCOLAS

A origem da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil tem como ponto inicial a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, por meio do Decreto 7.566/1909, instituída todos os estados do país, com a finalidade de “formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício”. (VIEIRA E SOUZA JUNIOR 2016, p.156).

Importante salientar que esse decreto foi implementado após o fim do trabalho escravo no Brasil e também pelo advento das fábricas, onde a força de trabalho exigida não onerava a produção das indústrias da época, mas respondia as necessidades e interesses dos donos dos meios de produção com mão de obra com qualificação e baixo custo.

Em 1996 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, a EPT foi colocada como parte independente da educação básica e do ensino médio, no entanto com a implementação do Decreto 2.208/97, que alterava a LDBEN, o currículo da EPT passou a fazer parte do ensino médio, sendo desta forma ofertado na modalidade subsequente ou concomitante, possibilitando uma formação mais ampla e de maneira integral para os alunos.

Promover a educação profissional é uma das formas encontradas pelos governantes em promoverem o desenvolvimento dos indivíduos, assim como contribuir para minimizar as possíveis fontes de desigualdade social presente dentro dos países e de algumas regiões. Através da educação profissional são obtidos os conceitos, análises e observações básicas de como funciona o mercado de trabalho, assim como ressaltadas algumas das atividades laborais mais presentes dentro do país. (SAVIANI, 2020)

Segundo Freitas (2020) existem três níveis de educação profissional, são eles: o nível básico (o mesmo pode ser desenvolvido por qualquer pessoa, independente da sua formação, não existe uma regulamentação precisa para as instituições que realizam esse procedimento), nível técnico (voltado especialmente para alunos do ensino médio, possui uma regulamentação a ser seguida e em geral tem por base as práticas voltadas para as principais atividades desenvolvidas dentro do mercado de trabalho ativo no país) e o nível tecnológico (aplicado em nível superior, apresenta algumas atividades nas quais as pessoas devem apresentar alguns requisitos e conhecimentos básicos para que as atividades sejam devidamente realizadas. Em geral, ao concluírem sua formação tecnológica os alunos conquistam diploma e carteira para que a atividade na qual se formaram possa ser desenvolvida positivamente).

Por meio da educação profissional pode-se conceder aos alunos uma oportunidade de promover o seu desenvolvimento dentro do contexto social, ressaltando aos mesmos alguns valores e ensinamentos que ao longo dos anos foram sendo deixados de lado. O desenvolvimento social é um dos pontos que ficam mais evidenciados por meio da formação profissional, uma vez que se expande a oportunidade dos alunos de alcançarem um emprego ou mesmo realizarem atividades com finalidades financeiras por meio dos ensinamentos observados ao longo da sua formação.

Estudos sobre formação profissional em diferentes países mostram que a principal característica que se destaca na comparação entre os países latino-americanos e os países desenvolvidos, nos países desenvolvidos, a formação profissional e técnica tem como alicerce a educação regular, fundamental e média, universalizada. Significa que a formação profissional ocorre a partir de uma base de cultura científica e humanista, diferente dos países latino-americanos ou em desenvolvimento. Nestes, essa base ainda não foi alcançada por todos e principalmente pelas populações socioeconomicamente desfavorecidas, para as quais se destinam muitos dos programas de formação criados (CIAVATTA, 2016).

3. REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A Reforma do Ensino Médio está pautada numa proposta de melhoria da qualidade da educação, com a política de ampliação das escolas de tempo integral e a flexibilização do Currículo, essa lei altera profundamente o Ensino Médio, etapa final da Educação Básica. A proposta altera a carga anual mínima do Ensino Médio para 1.400 horas, sendo o currículo dividido em Base Nacional Comum Curricular e a parte diversificada, formada por cinco itinerários formativos, na qual o aluno poderá escolher mais de um itinerário formativo, caso haja vaga disponível na rede.

Com essa nova lei, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática serão obrigatórias, ao passo que disciplinas como História e Geografia dependerão do Itinerário Formativo oferecido pelo estabelecimento de ensino.

Além disso, as áreas de Sociologia, Filosofia, Educação Física e Artes deixarão de serem disciplinas

obrigatórias no Ensino Médio, para tornarem-se “estudos” e “práticas” que serão diluídas nas disciplinas obrigatórias.

Essa reformulação do ensino médio tem o objetivo de construir um currículo que atenda às necessidades dos alunos, que priorize os seus interesses, que não sejam conteúdos desconexos da realidade de vida destes, porém tenha relação com sua identidade e seja integral, que possua sentido para os anseios e objetivos, ou seja, educação relacionada diretamente com projeto de vida desses jovens. Para que seja realizado de fato e de direito a reforma do ensino médio (REM), relevante que sejam consideradas as mudanças exigidas nessa etapa para melhoria do ensino.

Uma das muitas modificações está na desobrigação de algumas disciplinas educativas, fator esse ocorrido com a alteração do currículo do ensino médio, que para alguns especialistas pode ser algo muito precipitado, gerando grandes impactos no desenvolvimento educativo dos alunos. Outro ponto consiste na implantação do sistema integral de ensino, onde ocorre a inclusão dos alunos dentro do mercado de trabalho através dos procedimentos de ensino aplicados na sua rotina educativa. Por meio da educação integral o governo visa principalmente fornecer a oportunidade de emprego a todos os alunos do ensino médio, esse ponto é algo muito criticado por alguns estudiosos do mercado de trabalho.

A educação serve para o desempenho no mercado e sua expansão potencializa o crescimento econômico. Neste sentido, ela se define como a atividade de transmissão do estoque de conhecimentos e saberes que qualificam para a ação individual competitiva na esfera econômica, basicamente, no mercado de trabalho. (GENTILI, 2018, p. 104)

Até a ratificação da lei 13.415/2017, havia no ensino médio uma carga acadêmica mínima de 800 horas por ano ao longo de três anos (2400h) de educação geral em disciplinas tradicionais. Após a reforma, no entanto, o tempo dedicado às áreas de conhecimento geral foi reduzido de 2400h para 1800h, apesar da carga acadêmica mínima total ser aumentada para 3000h. A lei anterior a REM exigia que as 1200h restantes fossem dedicadas ao que era chamado de “itinerários formativos”, a saber, campos especializados que os alunos, em teoria, poderiam escolher (KUENZER, 2020).

Observando esses aspectos mencionados pode-se considerar que por meio da REM, é importante questionar, até que ponto a liberdade de escolha dos adolescentes deve ser antecipada, enquanto a educação geral é reduzida. Eles devem decidir sua especialização em uma idade anterior, com menos experiência - tanto na vida quanto na escola - e menos tempo institucional em estudos gerais, faltando conhecimento suficiente para escolha desses itinerários. (CONSED, 2020).

A disponibilidade de diferentes itinerários formativos depende quase inteiramente das condições do sistema educacional regional, bem como da disponibilidade em cada escola em particular. Em outras palavras, muitas escolas só podem ser capazes de oferecer um itinerário, indicando claramente que a escolha dos alunos na realidade é determinada pelo que é oferecido em suas escolas locais. Um dos principais pontos observados por pesquisadores, assim como estudiosos do campo educacional consiste em reconhecer que se faz presente uma preocupação, por parte dos autores da REM, em formar jovens para o mercado uma vez que a concepção social do país foi traçada com bases em uma linha que atende ao mercado (KUENZER, 2020). Obviamente, isso é mostrado como uma crítica ao capitalismo em paralelo com o empobrecimento e a precarização do pensar a formação das “juventudes” delegando a elas um papel de sustento e serviço ao arranjo do capital.

Em termos de infraestrutura, considera-se que o mais importante é dotar todas as escolas públicas que oferecem Ensino Médio de laboratórios modernos de informática, com recursos destinados para a manutenção desses laboratórios de informática, de forma que tais manutenções, quando necessárias, sejam realizadas de forma rápida e contínua. Claro que uma boa quadra poliesportiva, assim como um espaço adequado para as mais diversas manifestações artísticas (música, teatro, dança, etc.), também são muito bem-vindas, pois entende-se que qualidade do ensino também pode ser medida pela qualidade dos espaços e equipamentos que rodeiam e fazem parte desse ensino.

4 CONTEXTO DO OBJETO DE PESQUISA

3

O tipo de pesquisa realizado neste trabalho, foi uma revisão bibliográfica, na qual foi realizada consulta a livros, dissertações e artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Google Acadêmico*, *Periódicos Portal CAPES* entre outros disponíveis online.

Para atingir os objetivos propostos, foram levados em consideração trabalhos realizados entre 2012-2022, com temas relacionados com o objeto de estudo, portanto os trabalhos publicados nos últimos 10 anos (exceto para livros clássicos), sendo os idiomas definidos português e inglês. Para busca de informações foram

utilizados os seguintes termos: “Educação profissional no Brasil”, “Reforma do ensino médio e educação profissional”, “Introdução da educação profissional no Brasil”, associando a seus termos sinônimos e uma lista de termos sensíveis para a busca.

Os critérios de inclusão foram: trabalhos que discorressem sobre a educação profissional e da reforma do ensino médio. Os critérios de exclusão foram: trabalhos que não contemplavam o objetivo proposto da pesquisa; que não tivessem aderência com a área de pesquisa e que estivessem indisponíveis no momento da coleta e que, portanto, não teriam relevância para esse estudo. No total foram selecionados 20 materiais. Os mesmos foram compostos por: 6 livros, 10 artigos de revistas científicas, 4 dissertações.

Nota-se que o processo de inserção da educação profissional e tecnológica nas rotinas brasileiras, a Lei 13.415/2017, fornece subsídios para a implementação da reforma e da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), alterando diversos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (GENTILI, 2018). Sendo um dos pontos de maior impacto quanto aos processos estabelecidos pela lei, a impossibilidade de terceirização e privatização de investimentos, que possivelmente aumentará consideravelmente a aplicação de recursos públicos em instituições privadas. Além disso, a flexibilização do ensino e a reorganização curricular tendem a diminuir os conteúdos historicamente sistematizados e de extrema relevância no ato educativo.

De acordo com Lorangeira (2012), considera que estabelecer uma definição única de qualificação profissional é uma tarefa complexa e controversa, devido à falta de consenso sobre o assunto, em outras palavras, é um sujeito polissêmico. Alguns podem considerar que uma pessoa é qualificada por suas habilidades, outros pelas exigências do trabalho que vão ocupar. No entanto, em sua opinião, objetivamente, o grau de qualificação pode ser avaliado pelo tempo que o indivíduo leva para aprender uma função bem como seu grau de autonomia ou nível de conhecimento.

Dessa forma pode-se dizer que o mercado atualmente está mais favorável para pessoas que demonstram determinadas habilidades e que possuem uma formação profissional mais ampla do que os demais concorrentes (WITTACZIK, 2018). Para o meio empresarial o conhecimento e a prática ao longo dos anos tem sido um importante alicerce para o desenvolvimento profissional, uma vez que as visões desenvolvidas atualmente pelos empresários são de pessoas que possam não somente realizar as atividades mais ao longo do tempo melhorar os procedimentos que envolvem tais atividades.

Nesse sentido observou-se com a pesquisa que as instituições de ensino continuam subordinadas ao mercado de trabalho, onde o ato educativo de qualifica mão específica para atender a demanda do grande capital, ou seja, as necessidades da produção, o trabalho continua se adequando aos critérios estabelecidos pelo mercado. Os donos dos meios de produção são aqueles que detém o conhecimento científico e tecnológico e os recursos das atividades produtivas.

Mediante a esses fatos a necessidade de uma formação docente que alcance teoria, prática, ação, interação e reflexão, a busca pelo desenvolvimento profissional e pessoal, além do olhar clínico e especial ao estudante. A ausência de tais conceitos tem evidenciado que, parte dos professores, mesmo daqueles que concluíram o curso superior, ainda continuam adotando práticas repetitivas, apolítica, sem visar uma formação humanística e social, sem considerar aspectos relevantes para o processo de ensino e aprendizagem. (IRIGON, 2019).

Pertinente considerar que a formação continuada serve como uma forma de promover aos profissionais docentes uma oportunidade de expandir ainda mais seus conhecimentos, como realizar uma visualização diferenciada de instrumentos que podem ser inseridos na rotina educativa a fim de obter um melhor rendimento dos conteúdos apresentados.

5 CONCLUSÃO

A partir do estudo, pode-se pontuar alguns aspectos de extrema importância que a REM propõe, sendo abordada como um mecanismo de reprodução para atender as necessidades do mercado de trabalho. Aponta-se, ainda, encaminhamentos que buscam o fortalecimento das estratégias de resistência dos profissionais docentes e a luta constante em prol do compromisso com as classes populares e/ou com quem precisa fazer uso da Educação Pública brasileira.

Entende-se que a educação profissional, a partir da análise da legislação e políticas educacionais adotadas, apresenta problemas complexos em relação ao papel do Estado em termos de oferta e qualidade, além de perpetuar o dualismo histórico na educação, oferece formação prática para jovens da classe trabalhadora e proporciona uma educação mais ampla para os jovens das classes dominantes

Desta maneira com a implantação da reforma do ensino médio ocorre uma valorização ou necessidade de inclusão de uma nova metodologia de ensino nas rotinas educacionais brasileiras, sendo inserida com a



educação a profissional. Possibilitando aos alunos variados conteúdos relacionadas a sua dinâmica de vida, uma ampla oportunidade de conhecimento sobre diversas áreas que podem ser utilizadas ou nas quais eles podem ser inseridos eficientemente, considerando as especificidades de seu contexto político, social, cultural e econômico.

REFERÊNCIAS

CIAVATTA, Maria. **Arquivos da Memória, do Trabalho e da Educação e a Formação Integrada**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO E SEUS SUJEITOS NA HISTÓRIA, 4., 2016, Goiás. Anais.

CONSED – CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO; FNCEE – FÓRUM NACIONAL DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO. Guia de implementação do Novo Ensino Médio. Brasília: MEC, 2020.

FREITAS, A. **A formação de professores para a educação profissional técnica de nível médio: a experiência do Centro Paula Souza**. 2020. 147 f. il. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2020.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2018.

IRIGON, O. C. G. B. Práticas formativas, formação continuada e profissionalidade docente. In: GUIMARÃES, V. S. **Formação e profissão docente: cenários e propostas**. Goiânia: Editora PUC Goiás, 2019. p. 61-83.

KUENZER, A. Z. **O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida?** Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul-set. 2020.

LARANGEIRA, S. M. G. Verbete qualificação. In A. D. Cattani (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico** (4a ed.) Petrópolis: Vozes. 2012.

SAVIANI, D, **Escola e democracia**, 33^a. Ed. Campinas, Autores Associados, 2020.

VIEIRA, Albani Marisa Dudeque Pianovski; SOUZA JUNIOR, Antonio de. **A Educação Profissional no Brasil**. Revista Interacções, n 40, p. 152-169, 2016.

WITTACZIK, L. S. **Educação Profissional no Brasil: histórico**. E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º. sem., 2018.